



Notas da Semana - Economia e Mercados Financeiros

1. Economia e Mercados Financeiros

1.1 Economia

Portugal. No âmbito do **Programa de Estabilidade 2021-2025**, apresentado esta semana, o Ministério das Finanças reviu em baixa a estimativa de crescimento económico para este ano, de 5.4% (inscrito no OE2021) para 4.0%, próximo do valor de 3.9% do BdP e do FMI. A redução foi explicada pelo impacto negativo das medidas de restrição relacionadas com a pandemia no primeiro trimestre. Para o próximo ano a projeção de crescimento do PIB corresponde a 4.9%. O défice orçamental deverá fixar-se entre 4.5% e 5.0% do PIB em 2021, acima da previsão de 4.3% do PIB inscrita no OE para 2021. Por fim, prevê-se a retoma da trajetória de redução da dívida pública, que deverá situar-se novamente abaixo de 120% a partir de 2024.

Inflação. A semana passada ficou marcada pela publicação de relatórios de crescimento dos preços no consumidor em vários países. Na *China*, a **inflação homóloga no consumo** regressou a terreno positivo ao passar de -0.2% para 0.4%, tendo-se assistido, contudo, a uma importante divergência: os preços relacionados com as matérias-primas constituíram os principais impulsionadores do resultado (principal fator de sustentação foi a gasolina: +11.5%), enquanto os preços associados à procura das famílias permaneceram relativamente estáveis. Nos *EUA*, a **variação homóloga do índice de preços no consumidor** registou um incremento ligeiramente acima do previsto. Em termos agregados, a variação dos preços aumentou de 1.7% para 2.6%, o resultado mais elevado desde o verão de 2018. A *energia* (+5.0%, em cadeia) distorceu significativamente as pressões sobre os preços, enquanto a *alimentação* sofreu um aumento de apenas 0.1%. Tal como na China, o preço da gasolina aumentou 11%, adicionando 30 p.b. à variação homóloga. Em termos de inflação subjacente, a variação foi menos significativa (+0.3 p.p., para 1.6%, YoY), devido sobretudo ao contributo dos serviços, refletindo alguns sinais de reabertura da economia.

Alemanha. O **ZEW**, indicador mensal divulgado para as principais economias e que procura captar o sentimento dos investidores institucionais relativamente às perspetivas económicas, contrariou as projeções e registou, em abril, diminuições na Alemanha (70.7), Área Euro (66.3) e EUA (74.4). Os resultados continuam, no entanto, a revelar que uma larga maioria de investidores tem uma opinião favorável relativamente ao enquadramento económico dos respetivos países.

França. O **indicador de sentimento da indústria** do Banco de França aumentou quatro pontos em março, para 105.0, um resultado acima do esperado e que coloca o indicador no nível mais elevado desde meados de 2017.

Área Euro. Em fevereiro, as **vendas a retalho** registaram um crescimento mensal de 3.0% vs. 1.7% esperado e após -5.9% no mês anterior. Os produtos não alimentares apresentaram um registo particularmente positivo (+6.8%). Numa semana com dados genericamente positivos, a **produção industrial** da região registou, ainda em fevereiro, uma queda mensal de 1.0% (vs. -1.3 esperado), após 0.8% em janeiro. Após ter recuperado o nível de pré-pandemia, a atividade industrial revelou no mês em análise uma ligeira reversão. De acordo com o *Eurostat*, a produção terá em parte sido afetada por alguns problemas relacionados com cadeias de fornecimento, problemas esses que afetaram sobretudo a produção de automóveis e, em particular, os resultados da Alemanha e da França. Em termos de composição, todas as rubricas sofreram uma queda face ao mês anterior, com destaque para a produção de *bens de capital* (-1.9%).

EUA, Canadá e Austrália. Esta semana, os indicadores de sentimento dos empresários continuaram a revelar uma melhoria. Nos *EUA*, o indicador de confiança dos pequenos empresários divulgado pelo *National Federation of Independent Business* aumentou pelo segundo mês consecutivo, fixando-se num máximo de quatro meses (98.2) e em linha com a média de longo prazo. Na *Austrália*, o principal índice de sentimento empresarial (*National Bank Business Indicator*) registou no primeiro trimestre de

2021 o quarto aumento consecutivo, para 25.2 pontos, um novo máximo da série (março de 1997). No *Canadá*, o indicador de confiança empresarial divulgado pelo banco central revelou no primeiro trimestre um ganho de quatro pontos, para 52.0, o registo mais elevado desde o final de 2009 e o segundo mais favorável desde o início da série (terceiro trimestre de 1998).

EUA. Os indicadores divulgados esta semana suplantaram as expetativas: (i) os dados regionais de atividade na indústria, o *New York* e o *Philadelphia Fed Business Outlook* atingiram valores próximos dos respetivos máximos históricos em abril, enquanto as *vendas a retalho* cresceram 9.8% em março, em parte devido ao efeito de reversão do mês anterior (em fevereiro devido a condições climáticas em diversos Estados do Sul). Destaque por fim para os pedidos iniciais de subsídio de desemprego. O valor anualizado das *Initial Jobless Claims* desceu 576 mil, o mínimo desde o início da pandemia.

China. No início da semana, e relativamente a março, o **saldo da balança comercial** cifrou-se em +13.8 mm, um valor inferior ao esperado (\$52.0 mm) e ao anterior (\$37.9 mm). Embora o *crescimento das exportações* (30%, YoY) tenha ficado aquém das expetativas (30.6% vs. 38.0%), segue-se ao valor recorde alcançado em fevereiro e revela que a China continua a beneficiar da recuperação global. A OMC reviu recentemente em alta a sua projeção para o comércio internacional em 2021 até 8.0%, um resultado que a confirmar-se será o mais forte desde 2010. As *importações* cresceram 38.1%. O **crescimento do PIB** no 1º trimestre ascendeu a 18.3%, em linha com o previsto (18.5%).

1.2 Mercados Financeiros (atualizado sexta-feira, 16 de abril, às 11h30)

Nos mercados financeiros, a semana passada ficou marcada uma vez mais pela preferência por classes de ativos de maior risco. Esta tendência foi suportada pela divulgação de resultados empresariais relativos ao primeiro trimestre acima do *consensus*, pela expetativa de reforço de estímulos à economia e pelos sinais de recuperação económica nos países que lideram os programas de vacinação à *Covid-19*.

No **mercado monetário**, verificou-se um aumento ligeiro nas taxas Euribor nos principais prazos de referência. Os investidores aguardam os resultados das reuniões do Eurogrupo e dos ministros das finanças da Área Euro nos próximos dias. O Vice-Presidente do BCE, Luis de Guindos, reforçou o compromisso do banco central em atuar sobre qualquer aumento prejudicial dos custos de financiamento até ao fim da pandemia.

As variações ficaram compreendidas entre +0.6 p.b. a 1 e 3 meses, para -0.533% e -0.538%, e +2.1 p.b. a 12 meses (-0.478%). No caso dos 12 meses, atingiu o valor mais elevado de 2021, observado no início de março.

As *yields* das **obrigações de dívida soberana europeia** encerraram a semana com uma subida generalizada mas moderada, refletindo as notícias positivas para a economia, não obstante os entraves em torno dos planos de vacinação.

O maior aumento da semana registou-se na taxa de juro a 10 anos em Portugal (+12.1 p.b., para 0.40%), atingindo o valor máximo desde setembro do ano passado, convergindo, desta forma, com a *yield* de Espanha (0.39%). Na Alemanha e França, os incrementos foram de 4.1 e 3.4 p.b., para -0.26% e -0.1%, respetivamente. O *spread* da taxa alemã face a Portugal alargou 8.9 p.b., para 67 p.b., o nível mais elevado desde novembro de 2020.

Nos EUA, apesar dos indicadores económicos favoráveis, as *yields* das obrigações soberanas caíram devido ao reforço das compras por parte de investidores estrangeiros, dado o forte diferencial para a Europa e Japão, atuando igualmente como ativo refúgio. As taxas a 10 e 30 anos diminuíram 8.6 e 7.0 p.b., para 1.57% e 2.26%.

Nos **mercados acionistas**, mantém-se a tendência de subida e novos máximos históricos desde o início do ano. Nos EUA, destacaram-se o *NASDAQ* e o *S&P500*, com valorizações de 1.0%, para já a responderem de forma positiva à época de apresentação de resultados das empresas. A atual

avaliação do mercado acionista encontra-se muito elevada e acima da média histórica, aumentando o risco de possíveis correções caso surja algum foco de instabilidade.

Na Europa, o *Eurostoxx600* valorizou 0.8%, continuando a ser liderado pelos índices do *Footsie* britânico (+1.7%), do *CAC* francês (+1.4%) e do *DAX* alemão (+1.1%). Em termos setoriais, verifica-se que os setores cíclicos continuam a ser mais favorecidos face ao momento de recuperação económica, com destaque para os *recursos naturais* (+4.4%), o *imobiliário* (+2.5%) o *automóvel* (+2.3%) e o *retalho* (+2.2%). Desde o início do ano, os setores *automóvel* e de *lazer e viagens* registam ganhos de 25% e 22%, respetivamente.

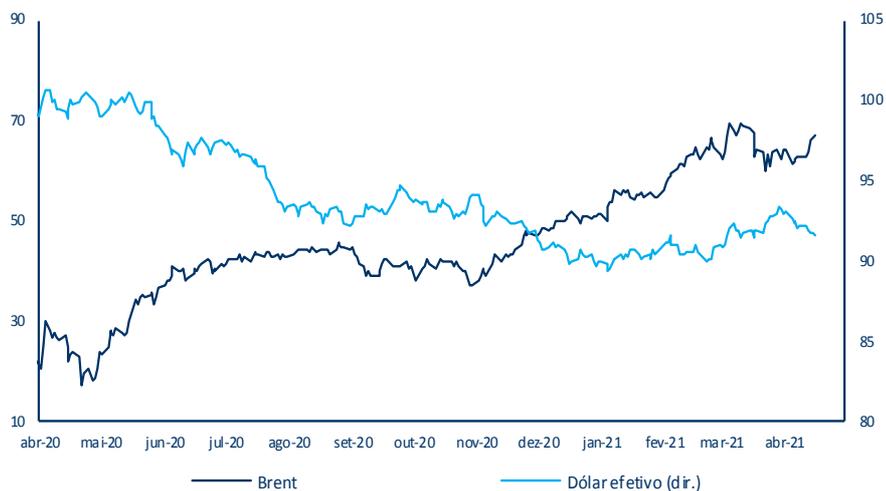
Evolução dos principais índices acionistas (base=dez/019)



Nos **mercados cambiais**, o dólar efetivo voltou a depreciar-se esta semana (0.6%) em sintonia com um novo recuo das *yields* de longo prazo, que atingiram o mínimo mensal de 1.55% e dada a insistência da Reserva Federal em manter as condições financeiras tão favoráveis quanto possível até que a economia dos EUA recupere plenamente. O euro apreciou 0.7% face ao dólar para \$1.20.

Nas **matérias-primas**, a cotação do petróleo valorizou de forma acentuada após a revisão em alta da procura de energia por parte da EIA, assim como a divulgação de inventários reduzidos nos EUA. O *brent* e o *crude* encerraram a semana com ganhos de 6.5% e 7.0%, para \$67 e \$63.5/barril.

Evolução da cotação do Brent (\$/bbl) e do dólar efetivo (\$)



2. Temas da semana

2.1 Portugal - Programa de Estabilidade 2021-2025 – Enquadramento económico e de Finanças públicas

O Programa de Estabilidade e Crescimento até 2025 (Programa de Estabilidade ou PE 2021-2025) insere-se no âmbito das obrigações do Estado português no seio da União Europeia (UE) e constitui o início do processo orçamental, em harmonia com os restantes Estados Membros da UE no quadro do Semestre Europeu. Nos termos legislativos, o governo deverá apresentar à Assembleia da República, até 15 de abril de cada ano, a atualização do Programa de Estabilidade, para apreciação no prazo de 10 dias, antes do seu envio à Comissão Europeia

No PE 2021-2025 apresentado na passada quinta-feira, o Ministério das Finanças (MF) reviu em baixa a estimativa de crescimento da economia portuguesa para 2021, de 5.4% (valor inscrito no OE2021) para 4.0%, um resultado ligeiramente acima dos 3.9% apresentados primeiro Banco de Portugal e depois pelo FMI, já este mês, mas ligeiramente abaixo da projeção de 4.1% da Comissão Europeia. Segundo o MF, a redução da projeção prendeu-se com os efeitos gerados pelo recente confinamento, o qual afetou sobretudo a atividade económica durante o primeiro trimestre. A projeção do próximo ano foi revista em alta de 3.4% para 4.9%. Para os três anos seguintes, as projeções apontam para valores de crescimento entre 2.6% em 2023 e 2.2% em 2025, último ano do horizonte de projeção. Ainda segundo o MF, o nível da atividade económica de 2019 será atingido em 2022 e assentará sobretudo na retoma das exportações e do investimento, público e privado, beneficiando dos efeitos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que o MF estima que tenha um efeito total na economia portuguesa de €22 mil milhões. Para além do PRR, o MF destaca o facto do plano de vacinação, sobretudo na Europa, contribuir igualmente de forma importante para a formação de expectativas mais positivas.

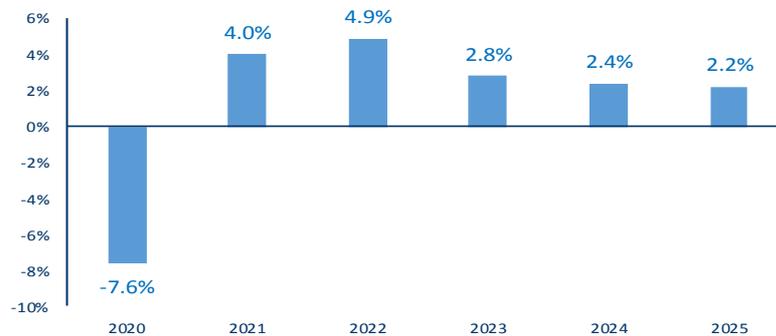
No que concerne ao mercado de trabalho, em 2021 a taxa de desemprego portuguesa será de 7.3%, ligeiramente superior à registada no ano passado, uma evolução que dever-se-á ao aumento da população ativa com o regresso da normalidade da atividade económica. Nos anos seguintes, a tendência será, no entanto, de redução: de 6.7% em 2022 para 5.8% em 2025, acompanhando a melhoria da conjuntura económica.

O saldo da balança externa, que em 2020 teve um resultado negativo devido ao impacto da pandemia no turismo, deverá regressar este ano a terreno positivo e, a partir do próximo ano, registar valores acima de 2 p.p.. O saldo irá beneficiar da recuperação das exportações relacionadas com os serviços (turismo, lazer e viagens), assim como das verbas no âmbito do PRR.

Em termos dos agregados das Finanças Públicas, o MF projeta um défice inferior a 3% do PIB em 2023. Até lá, o défice, que o ano passado se cifrou em cerca de 5.4% do PIB, será entre 4.5% e 5.0% este ano e 3.2% em 2022. No último ano do horizonte de projeção, em 2024, o défice corresponderá a 1.1% do PIB. Para este ano, o número do défice fica abaixo da projeção de dezembro da OCDE, mas acima do valor recentemente aventado pelo Conselho das Finanças Públicas (4.1% do PIB). Ao mesmo tempo, está previsto uma trajetória de redução e sustentabilidade do rácio da dívida pública que deverá descer abaixo dos 120% do PIB em 2024: em 2021 o rácio corresponderá a 128%,

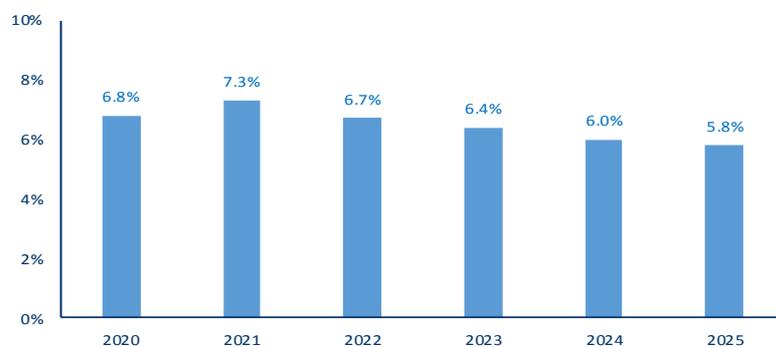
baixando para 123% em 2022 e 121% no ano seguinte. O valor de 2019 (117.9%) será atingido em 2024, continuando a diminuir para 114% em 2025.

Portugal: Programa de Estabilidade 2021-2025: Crescimento do PIB real (%)



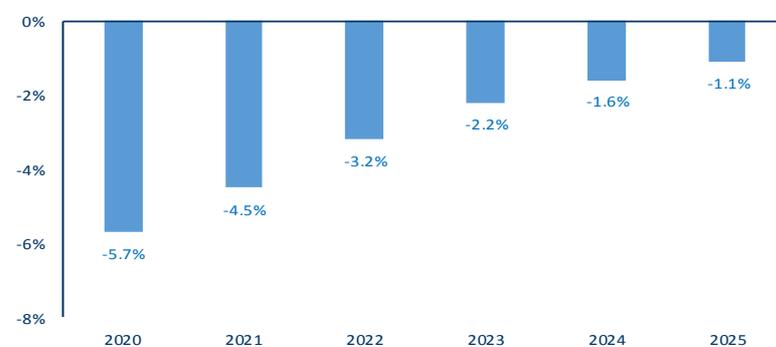
Fonte: Ministério das Finanças

Portugal: Programa de Estabilidade 2021-2025: Taxa de desemprego (%)



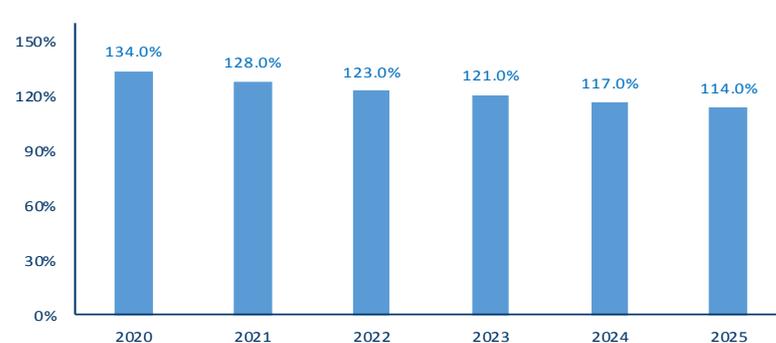
Fonte: Ministério das Finanças

Portugal: Programa de Estabilidade 2021-2025: Saldo orçamental (%)



Fonte: Ministério das Finanças

Portugal: Programa de Estabilidade 2021-2025: Dívida pública (%)



Fonte: Ministério das Finanças

2.2 Portugal – Going for Growth 2021 - OCDE

A OCDE divulgou o relatório *Going for Growth 2021* na semana passada, no qual identifica e avalia os progressos dos seus membros e de algumas economias emergentes parceiras em termos de implementação das principais reformas estruturais para promover o crescimento de longo prazo, a competitividade, a produtividade e a criação de emprego. Neste leque de países, Portugal é um desses para o qual a OCDE efetuou esta análise.

A pandemia realçou deficiências na proteção social e agravará a situação dos estudantes desfavorecidos e dos trabalhadores mais vulneráveis. O aumento da cobertura dos benefícios fora do trabalho deve tornar-se a principal prioridade política. Os esforços para fornecer apoio individualizado aos estudantes em risco continuam a ser cruciais, tal como a requalificação de uma grande parte da força de trabalho, especialmente com competências digitais.

Segundo a OCDE, o PIB per capita e a produtividade do trabalho de Portugal permanecem cerca de 37% e 38% abaixo dos países da OCDE com melhor desempenho. Em termos de desigualdades, Portugal situa-se ligeiramente acima da mediana das economias avançadas com 31.7 contra 30.3 pontos, onde cerca de 20% dos agregados famílias mais pobres correspondem a 7.8% do rendimento total. A crise está a atingir desproporcionadamente os contratos de trabalho mais precários e é provável que acentue as desigualdades no mercado laboral. Para aliviar o risco de pobreza, a OCDE salienta a necessidade de melhorar o acesso e a cobertura dos subsídios de desemprego. A OCDE nota que Portugal empreendeu importantes reformas para abordar a segmentação do mercado de trabalho e promover a negociação coletiva. Os esquemas de trabalho a curto prazo ajudaram a sustentar os rendimentos e empregos dos trabalhadores normais durante a crise. No entanto, os trabalhadores independentes ou com contratos part-time ou temporário muitas vezes não cumprem os requisitos contributivos para aceder aos subsídios de desemprego.

A pandemia evidenciou também a necessidade de desenvolver uma estratégia coerente de aprendizagem da população adulta, particularmente com programas de alfabetização digital, e a melhoria da sua atratividade através de uma melhor orientação profissional, fomentando a transformação e inclusão digital. A educação desempenhará um papel importante ao facilitar a recuperação da pandemia e ao promover a resiliência.

A baixa produtividade pesa na convergência dos rendimentos de Portugal em relação aos países com melhor desempenho da OCDE. As normas demasiado rigorosas em alguns setores de serviços, em particular os jurídicos e de transporte, criam barreiras à entrada e dificultam o crescimento da produtividade, pelo que a criação de um órgão de supervisão independente para assegurar que os regulamentos na profissão jurídica é do interesse público e ajudaria a aumentar a sua eficiência. A renegociação das concessões portuárias existentes e a realização de novos concursos públicos poderiam assegurar custos mais baixos para os utentes dos portos e, assim, aumentar a competitividade das exportações.

Apesar da considerável desalavancagem desde a crise financeira, a pandemia chegou num cenário de elevado endividamento das empresas, o que agrava o risco de reduzir o investimento e o emprego. Com a recuperação em curso devem ser criadas formas menos distorcidas de tributação, tais como impostos sobre a propriedade e ambientais, reforçando a capacidade de angariação de receitas do sistema fiscal. São também necessárias políticas que incentivem as empresas a tornarem-se mais verdes, tal como, mais I&D em tecnologias limpas.

2.3 Portugal: Atividade turística - fevereiro de 2021

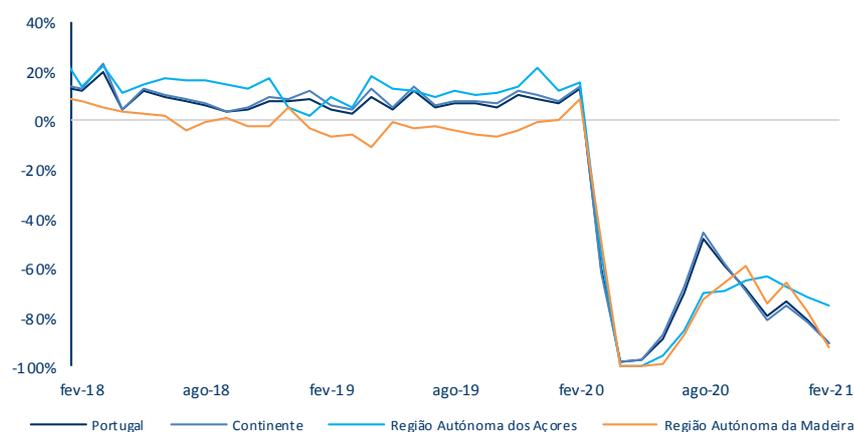
O INE publicou esta semana o relatório mensal de acompanhamento da evolução da atividade do setor de alojamento turístico em Portugal, referente a fevereiro de 2021. Além dos dados já habituais em termos mensais, a instituição apresenta um breve resumo referente à evolução dos 12 meses desde o início da pandemia de *Covid-19*. As consequências profundamente negativas sobre a atividade turística em Portugal resultaram das fortes medidas restritivas impostas pelos diversos governos, tanto português, como a nível internacional, na tentativa de contenção da propagação do surto viral, obrigando ao confinamento de grande parte da população durante vários meses, proibição de viagens e restrições ao alojamento. No mês de fevereiro, a comparação face ao ano anterior é ainda mais negativa tendo em conta a proibição das celebrações do Carnaval.

De acordo com o INE, em fevereiro de 2021 o setor do alojamento turístico albergou 208.2 mil hóspedes e 472.9 milhões de dormidas, resultados que correspondem a quedas homólogas de -86.9% e -87.7%, respetivamente, após -78.8% e -78.5% em janeiro. Estes números são a consequência do segundo período de confinamento iniciado no final de janeiro deste ano, em resposta à subida vertiginosa de casos de *Covid-19* em Portugal e em muitos países europeus. Em fevereiro, 61.8% dos estabelecimentos de alojamento turístico estiveram encerrados ou não registaram movimento de hóspedes (57.0% em janeiro), representando o terceiro mês com maior redução do número de dormidas desde o início da pandemia, apenas ultrapassado pelos decréscimos de abril e maio de 2020 (-97.4% e -95.8%, respetivamente).

Enquanto as **dormidas de residentes**, que ascenderam a 329.9 mil e representaram 69.8% do total, diminuíram 74.8% (-61.0% em janeiro), as dormidas de **não residentes**, num total de 201.3 mil, diminuíram 94.4%, depois de -97.2% no mês anterior.

Em termos do número de **hóspedes**, os residentes foram de 174.7 mil, o que se traduz num decréscimo de 77.6%, que segue a -65.8% em maio, enquanto os hóspedes não residentes recuaram 95.9%, para 33.6 mil, depois de -90.1%. Os **proveitos** registados nos estabelecimentos de alojamento turístico atingiram €18.6 milhões no total e €14.3 milhões relativamente a aposento, correspondendo a variações de -90.5% e -89.7%.

Portugal: Proveitos de Aposento (vh%)



Fonte: INE

Em termos de distribuição geográfica, todas as regiões registaram decréscimos das dormidas, tanto de residentes como não residentes, superiores a 75%. As diminuições menos significativas verificaram-se no Alentejo (-75.9%) e na R.A. Açores (-78.1%), enquanto as maiores reduções ocorreram na R.A. Madeira (-92.6%), no Algarve (-91.9%) e na A.M. Lisboa (-88.5%). Nos dois

primeiros meses de 2021, a nível do território nacional, observou-se uma queda de 83.5% de dormidas em termos homólogos, com o Algarve e a R.A.Madeira a ultrapassarem os 87%, evidenciando a paralisação quase integral da atividade turística.

No período compreendido entre março de 2020 e fevereiro de 2021, o setor do alojamento turístico registou 8 milhões de hóspedes e 20 milhões de dormidas, refletindo reduções de 70.9% e 71.7%, respetivamente, face aos 12 meses anteriores. As dormidas de residentes decresceram 44.1% e as de não residentes diminuíram 83.7%.

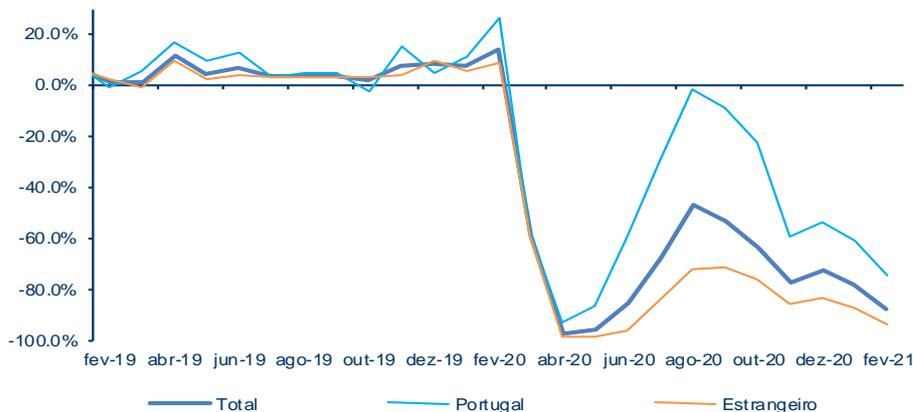
Os menores decréscimos verificaram-se nos meses de agosto e setembro de 2020 (-47.1% e -53.4%) enquanto nos restantes meses se observaram diminuições superiores a 55%, com realce para abril e maio de 2020 e fevereiro de 2021 (-97.4%, -95.8% e -87.7%, pela mesma ordem). Nos meses de julho a setembro de 2020 concentraram-se 56.4% do total de dormidas registadas durante o período de pandemia, o que contrasta com o peso que o conjunto destes meses apresentou no período anterior (36,0%), refletindo a reabertura parcial da economia portuguesa no verão passado.

Todas as regiões sofreram decréscimos expressivos das dormidas neste primeiro ano de pandemia.

No primeiro ano de pandemia, as dormidas de residentes predominaram, representando 59.9% do total, muito acima do peso nos 12 meses anteriores (30.3 %).

A totalidade dos 17 principais mercados emissores apresentou decréscimos muito acentuados, superiores a 75%. As maiores reduções tiveram origem nos mercados da China e dos Estados Unidos, ambos acima de 95%. O mercado espanhol (-75.2%) foi o principal mercado emissor, representando 16.6% do total de dormidas de não residentes (-5.7 p.p. nos 12 meses anteriores).

Portugal: Dormidas por Residência (vh%)



Fonte: INE

3. Anexo de Informação Financeira

(atualizado sexta-feira, 16 de abril, às 11h30)

MERCADO MONETÁRIO

	Valor observado (%):				Variação (p.p.):		
	31-dez-19	31-dez-20	9-abr-21	16-abr-21	2020	2021 YTD	Semana
EURIBOR Act/360 dias							
1 mês	-0.438	-0.554	-0.559	-0.553	↓ -0.116	↑ 0.001	↑ 0.006
3 Meses	-0.383	-0.545	-0.544	-0.538	↓ -0.162	↑ 0.007	↑ 0.006
6 Meses	-0.324	-0.526	-0.522	-0.511	↓ -0.202	↑ 0.015	↑ 0.011
12 Meses	-0.249	-0.499	-0.497	-0.478	↓ -0.250	↑ 0.021	↑ 0.019
LIBOR USD Act/360 dias							
LIB 1 mês	1.763	0.144	0.111	0.116	↓ -1.619	↓ -0.028	↑ 0.004
LIB 3 meses	1.908	0.238	0.188	0.184	↓ -1.670	↓ -0.055	↓ -0.004
LIB 6 meses	1.912	0.258	0.211	0.219	↓ -1.655	↓ -0.038	↑ 0.008
LIB 12 meses	1.996	0.342	0.286	0.287	↓ -1.654	↓ -0.055	↑ 0.001

OBRIGAÇÕES DE GOVERNO - 10 anos

	Valor observado (%):				Variação (p.p.):		
	31-dez-19	31-dez-20	9-abr-21	16-abr-21	2020	2021 YTD	Semana
Portugal	0.442	0.030	0.277	0.392	↓ -0.412	↑ 0.362	↑ 0.115
Espanha	0.468	0.047	0.377	0.383	↓ -0.421	↑ 0.336	↑ 0.006
Grécia	1.468	0.628	0.870	0.906	↓ -0.840	↑ 0.278	↑ 0.036
Itália	1.412	0.543	0.727	0.740	↓ -0.869	↑ 0.197	↑ 0.013
França	0.118	-0.338	-0.044	-0.023	↓ -0.456	↑ 0.315	↑ 0.021
Alemanha	-0.185	-0.569	-0.303	-0.277	↓ -0.384	↑ 0.292	↑ 0.026
Reino Unido	0.822	0.197	0.774	0.762	↓ -0.625	↑ 0.565	↓ -0.012
Suíça	-0.471	-0.550	-0.256	-0.239	↓ -0.079	↑ 0.311	↑ 0.017
EUA	1.918	0.913	1.659	1.573	↓ -1.004	↑ 0.660	↓ -0.086
Japão	-0.011	0.021	0.110	0.093	↑ 0.032	↑ 0.072	↓ -0.017

ÍNDICES ACIONISTAS

	Valor observado				Variação (%):		
	31-dez-19	31-dez-20	9-abr-21	16-abr-21	2020	2021 YTD	Semana
Eurostoxx 600	416	399	437	441	↓ -4.0%	↑ 10.5%	↑ 0.8%
IBEX	9549	8074	8566	8623	↓ -15.5%	↑ 6.8%	↑ 0.7%
CAC	5978	5551	6169	6258	↓ -7.1%	↑ 12.7%	↑ 1.4%
DAX	13249	13719	15234	15398	↑ 3.5%	↑ 12.2%	↑ 1.1%
FTSE	7542	6461	6916	7033	↓ -14.3%	↑ 8.9%	↑ 1.7%
PSI20	5214	4898	5017	5021	↓ -6.1%	↑ 2.5%	↑ 0.1%
S&P 500	3231	3756	4129	4170	↑ 16.3%	↑ 11.0%	↑ 1.0%
Nasdaq	8973	12888	13900	14039	↑ 43.6%	↑ 8.9%	↑ 1.0%
Topix	1721	1805	1959	1961	↑ 4.8%	↑ 8.7%	↑ 0.1%
MSCI Emerg	1115	1291	1339	1341	↑ 15.8%	↑ 3.9%	↑ 0.2%
Shanghai	3050	3473	3451	3427	↑ 13.9%	↓ -1.3%	↓ -0.7%

CÂMBIOS e MATÉRIAS-PRIMAS

	Valor observado				Variação (%):		
	31-dez-19	31-dez-20	9-abr-21	16-abr-21	2020	2021 YTD	Semana
EUR/USD	1.1213	1.2216	1.1899	1.1982	↑ 8.9%	↓ -1.9%	↑ 0.7%
EUR/JPY	121.77	126.18	130.51	130.34	↑ 3.6%	↑ 3.3%	↓ -0.1%
EUR/GBP	0.8459	0.8937	0.8683	0.8692	↑ 5.7%	↓ -2.7%	↑ 0.1%
EUR/CHF	1.0856	1.0812	1.0999	1.1011	↓ -0.4%	↑ 1.8%	↑ 0.1%
EUR/AOA	537.16	795.17	750.78	774.96	↑ 48.0%	↓ -2.5%	↑ 3.2%
EUR/MZN	69.12	91.50	74.97	66.53	↑ 32.4%	↓ -27.3%	↓ -11.3%
Petróleo (Brent \$)	66.42	51.17	62.86	66.92	↓ -23.0%	↑ 30.8%	↑ 6.5%
Ouro (\$)	1517.27	1898.36	1743.88	1773.02	↑ 25.1%	↓ -6.6%	↑ 1.7%
Prata (\$)	17.85	26.40	25.27	26.09	↑ 47.9%	↓ -1.2%	↑ 3.2%
Cobre (\$)	279.70	351.90	404.00	421.85	↑ 25.8%	↑ 19.9%	↑ 4.4%
Soja (\$)	943.00	1315.25	1403.00	1427.25	↑ 39.5%	↑ 8.5%	↑ 1.7%
Milho (\$)	387.75	484.00	577.25	593.25	↑ 24.8%	↑ 22.6%	↑ 2.8%

DISCLAIMER

Esta informação não constitui uma recomendação de investimento e não pode servir de base à compra ou venda de ativos nem à realização de quaisquer operações nos mercados financeiros assim como não deve ser considerado a base de qualquer tipo de contrato.

A presente informação incorpora a visão desenvolvida pela Caixa Geral de Depósitos e baseia-se em informação pública disponível e nas condições de mercados à data, proveniente de várias fontes que se creem credíveis, não sendo possível garantir que a mesma esteja completa ou precisa, estando sujeita a revisões, atualizações e alterações futuras sem aviso prévio. Não pode, assim, ser imputada qualquer responsabilidade à Caixa Geral de Depósitos por perdas ou danos causados pelo seu uso.

A informação contida neste documento é realizada com um objetivo informativo, sendo enviada como um instrumento auxiliar, não podendo servir de base a qualquer investimento que possa ser realizado.

Na preparação do presente documento não foram considerados objetivos de investimento, situações financeiras ou necessidades específicos dos clientes, não tendo existido na sua elaboração a adequação da informação a qualquer investidor efetivo ou potencial nem ponderadas circunstâncias especificadas de qualquer investidor efetivo ou potencial.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura.

Não está autorizada a publicação, duplicação, extração e transmissão destes conteúdos informativos. A Caixa Geral de Depósitos não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de alterar a integridade do conteúdo desta mensagem, resultante da sua transmissão eletrónica.